

Análise das Interações da Audiência Pública da CRA sobre Agropecuária e o Plano Clima – 27/08/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **70 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em 27/08/2025, sobre “*Agropecuária e o Plano Clima: Impactos, riscos e inconsistências da política setorial de mitigação de Gases de Efeito Estufa*”. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na compreensão da percepção pública sobre o tema em questão.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 70

Temas principais:

- 1. Fiscalização, Monitoramento e Efetividade das Políticas (30%):** Os cidadãos expressaram grande preocupação com a real capacidade de implementação e sucesso das políticas propostas. Perguntas frequentes abordaram como o cumprimento das leis será garantido, a avaliação dos impactos ambientais (especialmente de grandes propriedades), a coordenação de esforços nacionais e as consequências para setores que não atingirem as metas. Há um questionamento sobre a compatibilidade do modelo agropecuário atual com as metas e a efetividade das ações existentes.

Exemplo: “Caso o monitoramento mostre que os setores do agro não cumpriram as metas de redução de GEE, quais medidas corretivas o Plano ABC+ prevê?” (André G. - PE)

- 2. Impacto e Justiça na Atribuição de Responsabilidades (25%):** Muitos participantes questionaram a concentração da responsabilidade no agronegócio, argumentando que outros setores (como mineração, indústria, energia e transporte) também são grandes emissores de GEE e deveriam ser igualmente focados. Preocupações sobre a competitividade do setor, a distinção entre diferentes modalidades de produção rural (grandes produtores versus agricultura familiar) e o equilíbrio entre a produtividade agropecuária e a redução de emissões foram levantadas, com alguns comentários mais contundentes sobre possíveis interesses externos na política climática brasileira.

Exemplo: “Quais os impactos e riscos do Plano Clima para a agropecuária, considerando a falta de transparência e a atribuição de responsabilidades?” (Raissa D. - MT)

- 3. Apoio, Incentivos e Viabilidade para o Produtor (19%):** Os cidadãos demonstraram interesse em como os produtores rurais, em particular os pequenos e médios, serão apoiados na transição para práticas mais sustentáveis. Questões sobre o reconhecimento de práticas sustentáveis já adotadas, incentivos para a adoção de tecnologias de baixo carbono, linhas de crédito subsidiadas e programas de fomento (como ILPF e insumos biológicos) foram recorrentes. Também houve preocupação em garantir que as políticas climáticas não aumentem a desigualdade no campo nem prejudiquem a realidade da agricultura brasileira.

Exemplo: “Com a sucateação da Embrapa desde o final do Lula 2, quais os projetos de incentivos à tecnologia e agricultura tem o Plano Clima?” (Ademir F. - RO)

4. Sugestões e Críticas ao Plano (16%): Este tema engloba comentários que oferecem soluções alternativas ou expressam ceticismo e desconfiança quanto à seriedade e intenções por trás das políticas climáticas. Muitos sugeriram a valorização e o incentivo à agricultura familiar e sistemas agroflorestais, vendo-os como soluções para a sustentabilidade e o clima. Houve também questionamentos sobre o comprometimento real de governos e grandes empresas com as mudanças ambientais, e a urgência de ações efetivas.

Exemplo: “Devemos priorizar o sistema de produção agroflorestal com plantas nativas brasileiras urgentemente. Vejam, escutem e estudem Ricardo Cardim.” (Gabriel L. - RJ)

5. Transparência e Metodologia (10%): A falta de transparência na definição das metas e na metodologia utilizada foi um ponto de grande preocupação. Os cidadãos buscaram entender como os cálculos são feitos, se a metodologia é pública e auditável, e como a sociedade civil pode participar da validação dos dados e do processo.

Exemplo: “Como o Plano Clima mede efetivamente os impactos da agropecuária nas emissões de gases de efeito estufa, considerando a subnotificação...” (Felipe B. - RS)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma forte preocupação dos cidadãos com a efetividade e a justiça do Plano Clima para a agropecuária. Os debates se concentraram na necessidade de maior fiscalização e monitoramento das políticas, na equidade da atribuição de responsabilidades entre os diversos setores emissores de gases de efeito estufa (GEE), e na urgência de apoio e incentivos para que os produtores rurais possam adotar práticas sustentáveis. Além disso, houve um clamor por mais transparência na metodologia de definição das metas e a proposição de alternativas, como a valorização da agricultura familiar e sistemas agroflorestais, refletindo um desejo por políticas climáticas mais equilibradas e justas.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35245>.